



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ÉTICA E CIDADANIA
NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE QUALIDADE**

LEDIR APARECIDA DA SILVA RIBEIRO

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ÉTICA E CIDADANIA
NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE QUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Pr^a Marly Olívia Ribeiro e Silva.

BELO HORIZONTE, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ÉTICA E CIDADANIA
NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE QUALIDADE**

LEDIR APARECIDA DA SILVA RIBEIRO

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em 28 de janeiro de 2011 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.

Banca examinadora:

**Professora Marly Olívia Ribeiro e Silva
(Orientadora)**

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho a todos os que compartilharam comigo suas idéias para que eu pudesse construir este trabalho.

À diretora de minha escola Cirlene.

Às minhas colegas de trabalho e aos meus alunos.

Agradeço aos meus filhos, Vilmar, Vitor e Vinícius e a meu marido José Geraldo, pelo incentivo, pela paciência, compreensão e carinho nestes momentos de trabalho e comprometimento.

A professora Orientadora Marly Olívia pelo auxílio no desenvolvimento do presente trabalho.

“Na direção do bem comum, da ampliação do poder de todos como condição de participação na construção coletiva da sociedade e da história, apresenta-se ao educador, como profissional, em meio à crise, a necessidade de responder ao desafio. Ele o fará tanto mais competentemente quanto mais garantir em seu trabalho, no entrecruzamento das dimensões que o constituem, a dimensão utópica. Esperança a caminho”.

RESUMO

O presente trabalho relata a importância dos princípios da ética e da cidadania nas relações, de modo que o leitor possa compreender a necessidade de valorizar tais princípios, como meio para atingir a escola de qualidade e, conseqüentemente, uma sociedade mais justa, mais humana. Busca-se compreender a origem e a aplicação desses princípios no contexto social, de modo particular na Escola Municipal Professor João Rodarte Batista, localizada na cidade de Pains/MG. O Projeto Político Pedagógico, elaborado por esta comunidade educativa é o elemento que norteia esta análise e como suporte, utiliza-se a pesquisa qualitativa através de consulta em livros, revistas e outros artigos publicados na Biblioteca Geral do Curso Formação de Gestores da Educação Básica, FAE/UFMG. O referencial teórico é baseado em autores que também trazem uma visão crítica da atuação do gestor numa escola que prima pela qualidade e o resultado final pretendido é um marco de compreensão para a vinculação entre ética e cidadania na construção de uma escola mais participativa e humana.

Palavras-chave: Ética, cidadania, relações de trabalho, gestor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1.0 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	11
2.0 ÉTICA E CIDADANIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE QUALIDADE.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19
ANEXO	22

INTRODUÇÃO

A escola é um microcosmo da sociedade, um pequeno mundo, ou seja, ela contém parcelas ou segmentos da sociedade na qual está inserida e que ela própria ajuda a constituir. Todos os movimentos que a afetam a sociedade recaem diretamente sobre a escola que hoje sofre cada vez mais, as angústias do apelo da ética e da prática da cidadania e disto decorre a necessidade de repensar as práticas educacionais, afinal, o homem só pode realizar-se como sujeito de direitos, se inserido numa comunidade social e interagir com seus semelhantes.

Na medida em que conheçam melhor a si mesmas e a natureza das relações humanas, na medida em que pratiquem, cada vez mais, a democracia e a convivência social, as escolas e as comunidades estarão contribuindo para construir valores sociais permanentes, laços comunitários, responsabilidades sociais. E, assim, com raízes fincadas na cultura nacional, estarão desenvolvendo em cada um a consciência da própria condição humana, da cidadania universal voltada para a preservação da vida no planeta, da paz e da harmonia entre os povos. (BRASIL, 2003)

Mas sabe-se que atuar em conjunto para enfrentar problemas, encaminhar soluções, realizar experiências inovadoras na escola, promovendo sempre um clima satisfatório é o grande desafio da gestão democrática. Não é fácil esta condução, pois embora os discursos apontem a necessidade de manter uma postura ética em todas as atividades sociais, muitas vezes a prática revela valores diferentes, às vezes contraditórios com os defendidos nesses discursos. Diante disso, torna-se importante estabelecer como norteadores das ações pedagógicas, principalmente no Ensino Fundamental:

Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 1996)

São objetivos para esta etapa de ensino, estabelecidos pelas Diretrizes Nacionais, tendo em vista a função social da escola e a construção social do sujeito. Estes objetivos tornam-se, portanto, o grande desafio para todos os educadores, que precisam investir na efetivação de princípios da ética e da cidadania que exige não só um estado de direito, como também um convívio social regido pelos princípios democráticos. Para alcançá-los, é necessário que, além do gestor, cada professor,

funcionário, pai, aluno, adote esses princípios e oriente sua atuação social e seu comportamento pessoal por eles.

Uma educação que possibilita uma convivência harmônica e enriquecedora entre os indivíduos, pressupõe o reconhecimento da diversidade. Saber que somos diferentes e que cada um tem o direito de ser diferente, único e singular, exige um aprofundamento no respeito pelo outro e na compreensão do outro. Requer que se trabalhem não apenas os espaços externos, os ambientes de aprendizagem onde acontecem as relações, mas, sobretudo, o espaço interno de cada um de nós, possibilitando o auto-conhecimento e, como conseqüência, o reconhecimento do outro. (ABREU, 2001)

Sabe-se porém que assim como existe a preocupação com o trabalho cooperativo e solidário, existe também o egoísmo, a inveja, o individualismo cerceado de uma ambição sem medida e por esse motivo, a preocupação com a ética deve ter um lugar muito importante nas propostas educativas escolares. São esses princípios éticos da vida em sociedade que orienta também o trabalho educativo da Cidade de Pains/MG, desde o ensino dos conteúdos curriculares até as relações entre as pessoas no dia-a-dia da escola, inclusive com as famílias dos estudantes e toda comunidade. Afinal:

Nossa sociedade vive um momento preocupante, não só em função do que acontece no Brasil, mas também no mundo: guerras, violência, desrespeito aos direitos humanos, discriminação, intolerância, corrupção, abuso de drogas, Aids, gravidez indesejada, drásticas transformações no mundo do trabalho e tantos outros problemas, cujo enfrentamento exige clareza dos valores que devem orientar as ações de cada cidadão e cidadã em direção à democracia e aos direitos de cidadania. Mais do que nunca, é preciso recuperar os princípios éticos na formação das novas gerações, para alimentar a esperança de que a humanidade possa, em um futuro próximo, superar esses grandes problemas e construir uma sociedade verdadeiramente justa e democrática. A educação para a cidadania pauta-se necessariamente por princípios éticos democráticos que se realizam tanto na vida pessoal como na social. (BRASIL, 2003)

Mas será que todos os sujeitos responsáveis pela condução de um trabalho que exige tanta responsabilidade, têm consciência de quais são os verdadeiros princípios éticos que regem a convivência humana e a prática da cidadania? Os educadores estão recuperando esses princípios éticos na formação das novas gerações? Essas são as indagações que norteiam esse trabalho, de modo particular, na Escola Municipal Professor João Rodarte Batista, tradicional

estabelecimento de ensino, localizado à Rua Gonçalves de Melo, 219, centro da cidade de Pains/MG.

Diante deste contexto é que se estabelecem algumas reflexões e o tema de interesse é “Ética e cidadania na construção de uma escola de qualidade”. Ele surge durante os encontros com a comunidade para a elaboração coletiva do PPP - Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte”, mais especificamente, nos momentos de discussão sobre os princípios que norteiam as relações interpessoais no trabalho. São reflexões mediadas principalmente pelas leituras e estudos realizados nas salas ambientes durante o curso Formação de Gestores da Educação Básica.

Nesta análise, conta-se também com autores que acreditam na importância do planejamento e das ações, para que se mantenham as relações de trabalho saudáveis no interior da escola, como Abreu (2001), Gouvea (2002), Cavalcanti (2010), Rios (2004), Souza e Bastos (2010). Autores que acreditam também no papel do gestor como o grande articulador que se esforça por criar canais adequados de comunicação, interação e participação, não somente entre os profissionais e os alunos, mas entre toda comunidade escolar. Um profissional atento que mantém um clima de respeito mútuo e de confiança entre as pessoas.

1.0 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico é resultado de um processo permanente de reflexão e discussão de problemas escolares, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, propiciando a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. É um instrumento que permite clarificar a ação educativa da instituição educacional em sua totalidade e que tem como propósito a explicitação dos fundamentos teórico-metodológicos, dos objetivos, do tipo de organização e das formas de implementação e de avaliação.

A nova LDB, Lei nº9.394/96 prevê no seu artigo 12, inciso I, que “o Estabelecimento de Ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Brasil, 1996). Para Veiga, a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar as seguintes características:

Ser processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão. (VEIGA, 2001, p.11)

As informações supracitadas nos reportam a Rodrigues (1987) quando afirma que “a educação é do tamanho da vida! Não há começo. Não há fim, só há travessia. E se queremos descobrir a verdade da educação, ela terá de ser descoberta no meio da travessia”. Assim é o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” que por nascer do movimento de ação - reflexão - ação do grupo, nunca está pronto e acabado, está sempre crescendo e se enriquecendo como os próprios processos de educação e de vida.

2.0 ÉTICA E CIDADANIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE QUALIDADE

A origem da palavra ética é do grego "*ethos*" e quer dizer o modo de ser, o caráter das pessoas, mas os romanos a traduziram para o latim "mos" (ou no plural "mores"), que quer dizer costume, de onde vem a palavra moral. Mas, tanto "ethos" (modo de ser; caráter) como "mos" (moral; costume), indicam um tipo de comportamento propriamente humano que não é natural. Isto significa que o homem não nasce com ele como se fosse um instinto, mas que "é adquirido ou conquistado por hábito" conforme Vázquez (2003). Já a origem da palavra cidadania segundo o autor, é do latim "*civitas*" e quer dizer cidade. Surgiu na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer.

Percebe-se, pela própria etimologia, que as duas palavras dizem respeito a uma realidade que é historicamente e socialmente construída a partir das relações coletivas dos seres humanos na sociedade onde nascem e vivem. Em outras palavras, dizem respeito ao seu desenvolvimento enquanto pessoa, enquanto cidadão e neste sentido Gouvêa (2002) questiona:

Há quem pense que basta nascer para ser um cidadão. Esta é uma meia verdade. Por um lado, tornou-se uma verdade universalmente aceita, que todas as pessoas possuem certos direitos naturais inalienáveis, mas por outro lado, podemos perguntar se estes direitos "inalienáveis" não dependem, para que sejam de fato inalienáveis, de que sejam reconhecidos pela autoridade vigente como tais, em relação ao indivíduo em questão. Em outras palavras, é possível que exista um indivíduo que vive em uma sociedade na qual não possui todos os direitos de um cidadão típico. (GOUVEA, 2002, p. 11)

Pode-se afirmar que é na convivência, na vida social e comunitária, que o ser humano se descobre e se realiza enquanto ser moral e ético, mas é na relação com o outro que surgem também os problemas e as indagações morais, assim, o indivíduo constantemente encontra no seu cotidiano, situações que o coloca à frente de problemas morais. Segundo Cavalcanti (2010), são os problemas práticos e concretos da nossa vida em sociedade, ou seja, "problemas que dizem respeito às nossas decisões, escolhas, ações e comportamentos os quais exigem uma

avaliação, um julgamento, um juízo de valor entre o que socialmente é considerado bom ou mau, justo ou injusto, certo ou errado, pela moral vigente”.

O problema é que não costumamos refletir e buscar os "porquês" de nossas escolhas, dos comportamentos, valores. Agimos por força do hábito, dos costumes e da tradição, tendendo a naturalizar a realidade social, política, econômica e cultural. Com isto, perdemos nossa capacidade crítica diante da realidade. Em outras palavras, não costumamos fazer ética, pois não fazemos crítica, nem buscamos compreender e explicitar a nossa realidade moral. (CAVALCANTI, 2010)

Enfim, a ética ensina não apenas a agir de maneira a não prejudicar o outro, mas a agir em prol do outro, a fazer o bem. Sendo assim, não é ético um profissional, principalmente um profissional da educação, que apenas cumpra sua obrigação. Ser ético é ir além, é fazer voluntariamente mais do que se espera. A ética é necessária como dimensão da competência, não só como atributo profissional, mas como qualidade humana. “Agir eticamente é, sim, fazer a nossa parte, mas lembrando que, sendo parte, está inegavelmente ligada a outros elementos componentes de um todo, que não podem ser deixados de lado” (Rios, 2004, p. 70).

E quando se fala em cidadania, é crescente a consciência de que o desafio educacional para o próximo milênio assenta-se na formação moral. Faz-se necessário então compreender e repensar a educação no sentido mais amplo, enquanto formação integral do ser humano, nos aspectos individual e social.

Aprender a ser cidadão e a ser cidadã é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência; aprender a usar o diálogo, nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do País.(BRASIL, 2003)

Desse modo, tanto a prática verdadeira da cidadania, quanto da ética, estão sendo construídas a passos lentos em todos os segmentos da sociedade, pois ainda hoje predomina uma versão reducionista como sendo coisas impostas, e muitas barreiras culturais e históricas são encontradas para a vivência de ambas. De acordo com Gouveia (2002), é preciso:

Passar a lutar por tornar-se um indivíduo que não vive todo o tempo somente para si, ensimesmadamente, mas que assume sua condição de ser humano e sua responsabilidade enquanto cidadão, e engaja-se na luta por uma sociedade mais bem organizada e feliz, então é preciso reconhecer a seriedade desta vocação, é preciso compreender a complexidade da vida cultural do século XXI... quer

queiramos, ou não, em cada atitude tomada e em cada discurso proferido, cada um de nós ajuda a definir o futuro de nosso ambiente sociocultural, de nossa cidade, de nosso país e de toda a humanidade (GOUVÊA, 2002, p.11-12).

De todas as escolas. Assim complementa a equipe que representa os diversos segmentos da comunidade na Escola Municipal Professor João Batista Rodarte que, em consonância com as ideias do autor, também acredita que é preciso ser ético e ir além da obrigação, do cumprimento do dever e de agir pelo bem comum. É preciso que se tente o impossível. A equipe acredita também, que ao gestor é exigido um maior entendimento da ética, principalmente a compreensão, e esta não se ensina, não se aprende, ela se mostra no comportamento, nas trocas autênticas, no diálogo, na interação e na compreensão. Mas, não sem motivos, fala-se numa crise de ética:

(...) já que tal realidade não pode ser reduzida tão somente ao campo político-econômico, envolve questões de valor, de convivência, de consciência, de justiça. Envolve vidas humanas. Onde há vida humana em jogo, impõem-se necessariamente um problema ético. O homem, enquanto ser ético enxerga o seu semelhante, não lhe é indiferente e o apelo que o outro lança, é de ser tratado como gente e não como coisa ou bicho. Neste sentido, a Ética vem denunciar toda realidade onde o ser humano é: coisificado e animalizado, ou seja, onde o ser humano concreto é desrespeitado na sua condição humana. (CAVALCANTI, 2010).

O autor supracitado sugere que a ética da compreensão precisa da sabedoria da argumentação e do reconhecimento dos erros, desvios, ideologias sem julgamentos e condenações, para que seja possível o caminhar rumo à humanização das relações sociais, condições indispensáveis ao exercício da gestão. Diante do exposto, uma instituição educacional que prima pela educação para cidadania, alicerçada numa ética da solidariedade, em termos práticos, não depende tanto dos meios e dos conteúdos, mas da atitude e da prática, do exemplo e da presença.

Estas são as condições que fazem diferença na educação, pois tudo que se faz, seja no âmbito pessoal ou profissional, requer a interação entre os sujeitos e neste contexto, é fundamental que gestores e educadores sejam autênticos e éticos, nos pequenos gestos e na forma de relacionar uns com os outros e também com os alunos.

A idéia de relação, presente na vida humana aponta-nos uma competência que, além de ser construída, é também compartilhada. Uma pessoa não pode ser humana sozinha. Do mesmo modo, uma pessoa não pode ser competente sozinha. A qualidade de seu trabalho não depende apenas dela, define-se na relação com os

outros. As condições para a realização de um trabalho competente estão na competência do profissional e na articulação dessa competência com os outros e com as circunstâncias. (RIOS, 2004, p.79-80)

Ou seja, é nas relações que o homem constrói sua cultura, é pelo trabalho que o ser humano coloca a sua energia e torna-se capaz de alterar o meio em que vive. E é através dele, seja ele qual for, que o homem tem a oportunidade de colocar a sua criatividade e sua iniciativa e dar ao mundo a sua marca, sua contribuição no progresso da humanidade. Para Rios (2004), o trabalho é “o labor que faz os homens *saberem*. É o trabalho, que faz os homens *serem*. O trabalho é, na verdade, a essência do homem. E a idéia de trabalho não se separa da idéia de sociedade, na medida em que é com os *outros* que o homem trabalha e cria sua cultura”.

Se é no trabalho que a maioria das relações é estabelecida, então, em qualquer organização, principalmente na escola, faz-se necessário a existência de um contato direto, uma percepção entre e sobre os sujeitos que ali estudam ou trabalham, ou seja, a criação de vínculos afetivos. E, a partir do momento em que se estabelecem vínculos com o outro, passa-se a se relacionar com ele de forma positiva ou negativa, baseados em preceitos éticos ou não.

Lembrando que os vínculos positivos na escola desencadeiam, na grande maioria das vezes, relações baseadas em mútuo respeito e cordialidade entre professor/professor, aluno/aluno, aluno/professor/ ou família/escola e tendo como referência esses princípios de ética e cidadania, as relações estabelecidas concretizadas dentro de qualquer organização, inclusive na escola, devem ser mediadas da melhor forma possível pelo gestor e podem assumir diferentes formas e classificações, Segundo Moscovici:

O relacionamento vertical para cima, é compreendido através das relações entre os clientes internos e seus superiores, os quais podem apresentar-se de formas variadas, dentre elas, como uma pessoa generosa ou autoritária, um indivíduo afetuoso ou intolerante e assim por diante. O relacionamento horizontal é compreendido através de um mesmo padrão hierárquico, ou seja, é a interação entre os funcionários da empresa, os chamados “colegas de trabalho”. Os tipos mais comuns são: o complexado, o fraterno, o presunçoso, o falador e o amargurado. E por fim, o relacionamento vertical para baixo, o qual compreende as relações interpessoais estabelecidas com os subordinados, os quais freqüentemente se apresentam como

relapsos, bajuladores, revoltados, incapazes ou atenciosos.(MOSCOVICI, 2001, apud SOUSA e BASTOS, 2010).

Torna-se importante ressaltar que em qualquer tipo de relação estabelecida com outros indivíduos, principalmente aquelas que se firmam no ambiente de trabalho, a humanização é a questão de vital importância para que se possa exercitar a ética e a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se, que a educação faz parte de uma política que, por sua vez, obedece ao dinamismo interno da organização social e econômica da sociedade na qual está inserida. É preciso conscientizar-se, então, de que ela sozinha não é solução para todos os problemas sociais existentes, que não basta simplesmente ter acesso à mesma, para que se dê um processo crescente de equalização social. Nessas constatações, encontra-se a polêmica que deu origem a essa discussão e pode-se concluir que ainda que todos concordem com os princípios que orientam a gestão democrática, tema central do Curso Formação dos Gestores da Educação Básica FAE/UFMG, o que se observa na prática, é que na maioria das vezes ela não acontece como se espera e que há situações, em que é difícil saber como efetivá-las.

As considerações sobre Gestão democrática neste trabalho, assim como os conceitos de ética e de cidadania levam a compreender que existe uma estreita vinculação entre a sua efetivação e a busca pela escola de qualidade. E escola de qualidade, é aquela que considera a diferença como fator de crescimento pessoal e enriquecimento do grupo, cuidando para que a diversidade de ideias, pontos de vista e/ou comportamentos não se constituam em entraves, mas, que se unam em busca de objetivos e de concretizações.

É possível inferir que, apesar de alguns entraves, a Escola Municipal Professor João Batista Rodarte considera que o ser humano é um ser social e político. Que convive com outros indivíduos, que tem uma vida pública e não é simplesmente o aspecto cognitivo, a sua formação intelectual e o seu conhecimento, que o ajuda na construção das novas relações e dos novos saberes. E disto decorre a necessidade de sua equipe repensar a sua prática, que é preciso planejar também em função da ética e da cidadania.

Ratifica-se, enfim, que esta realidade é construída histórica e socialmente a partir das relações e dos vínculos afetivos que se estabelecem; que nesta escola são

exercidos o respeito, a empatia, a cordialidade, a solidariedade, a ajuda mútua. Que este é o espaço de exercício dos direitos e também dos deveres para que, enquanto cidadãos, os alunos, os educadores e as famílias envolvidas possam participar ativa e efetivamente da vida e do governo de povo de Pains/MG e para que as diversidades e as adversidades se transformem em crescimento moral e ético, conforme sugere o termo da palavra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 08/10/2010.

BRASIL. **Ética e Cidadania**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação, 2003.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Lei n. 9.394/1996.

ABREU, Marisa Vasques de. **Progestão**: como desenvolver a gestão dos servidores na escola? Módulo VIII. Brasília: CONSED, 2001.

CAVALCANTI, Alberes de S, **Ética e cidadania nas práticas educativas**. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/etica>. acesso em 25/11/2010.

ESCOLA DE GESTORES. **Conselho Escolar e Autonomia**: Participação e Democratização da Gestão administrativa, Pedagógica e Financeira da Educação e da Escola. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

_____. **Gestão financeira Descentralizada**: Planejamento, Aplicação e Acompanhamento de Recursos. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/11/2010

GOUVÊA, Ricardo Quadros. **Ética e cidadania**: a busca humana por valores humanos. In: UM OLHAR sobre cidadania. São Paulo: Mackenzie, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 08/10/2010.

RIOS, Terezinha A. **Ética e competência**. São Paulo: Cortez, 2004.

RODRIGUES, Neidson. **Estado, Educação e Desenvolvimento Econômico** São Paulo: Autores Associados : Cortez, 1987.

SOUSA, Daniella, BASTOS, Luciana. **A questão da ética nas relações interpessoais**. Disponível em <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital>. Acesso em 14/11/2010.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. *A tiempo y a destiempo. Antología de ensayos*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas:Papirus, 2001.

_____. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2002.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



ESCOLA MUNICIPAL “PROFESSOR JOÃO BATISTA RODARTE”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: o pensar e o fazer

LEDIR APARECIDA DA SILVA RIBEIRO

BELO HORIZONTE- 2010

ESCOLA MUNICIPAL “PROFESSOR JOÃO BATISTA RODARTE”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: o pensar e o fazer

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina PV – Projeto Vivencial, como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais sobre a elaboração do PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professor João Batista Rodarte.

Orientação: Marly Olívia Ribeiro e Silva

BELO HORIZONTE – 2010

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
FINALIDADES DA ESCOLA.....	06
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	08
Estrutura Administrativa.....	08
Estrutura Pedagógica.....	10
CURRÍCULO.....	13
TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	16
PROCESSOS DE DECISÃO.....	18
RELAÇÕES DE TRABALHO.....	21
AVALIAÇÃO.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
ANEXOS.....	29

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é resultado de um processo permanente de reflexão e discussão de problemas escolares, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, propicia a vivência democrática, a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que permite planejar e desenvolver a ação educativa da instituição em sua totalidade e tem como propósito a explicitação dos fundamentos teórico-metodológicos, dos objetivos, do tipo de organização e das suas formas de implementação e avaliação.

A nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases, nº9.394/96 prevê no seu artigo 12, inciso I, que o Estabelecimento de Ensino tem a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino. Um projeto pedagógico deve apresentar então, algumas características em comum como:

- a) ser processo participativo de decisões;
- b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- c) explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- d) conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- e) explicitar o compromisso com a formação do cidadão. (VEIGA, 2001, p. 11)

Partilhando as ideias da autora, é possível fazer referência a uma escola democrática que luta por uma educação de qualidade, pela elaboração e implementação de seu Projeto Político Pedagógico. Trata-se da Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte”, localizada no perímetro urbano da cidade de Pains. A sua edificação se eleva à categoria de monumento histórico inserido na paisagem urbana, patrimônio cultural do município de Pains em Minas Gerais. se configura como elemento referencial e polarizador na paisagem urbana da cidade, expressão da arquitetura da primeira metade do século XX, de rara beleza e

delicadeza. A fachada é objeto de composição cuidadosa ao gosto eclético da época.

O prédio foi construído em 1946, em um terreno de 1.950 m², formando um conjunto de três blocos em “U”, configurando um pátio interno e um segundo conjunto com o bloco do refeitório, cozinha e palco. O pátio é o elemento referencial, de grande impacto e de ambiência nas circulações da escola. As doze salas de aula destinadas para ministrar aulas, uma sala de professores, uma biblioteca, uma sala de multimeios, três banheiros masculinos e cinco banheiros femininos para alunos e três banheiros para professores, conformam os blocos em “U”. A parte administrativa, composta de uma diretoria e uma secretaria ocupam parte do bloco oeste, convenientemente voltado para a via pública. O acesso principal se dá através de um portão de ferro, escadaria em cerâmica e uma varanda frontal com estrutura em arcada.

A Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” é o mais antigo e tradicional estabelecimento de ensino da cidade de Pains/MG. Pertence ao sistema municipal de ensino e está localizada na Rua Gonçalves de Melo, 219, no Centro da cidade. Funciona no turno da tarde e atende alunos da 1^o ao 5^o ano do Ensino Fundamental, num total de quatrocentos e noventa e quatro alunos matriculados e freqüentes. A escola conta com vinte e três professores de sala de aula, dois supervisoras, três auxiliares de secretaria, duas bibliotecárias, três professoras eventuais, três professoras recuperadoras e treze Ajudantes de Serviços Gerais.

A população da cidade de Pains/MG é de 50.275 habitantes segundo o censo 2000/IBGE e a Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” é uma escola respeitada pela população e considerada uma referência pela educação de qualidade. As crianças, em sua maioria são de famílias que moram na cidade, muitos pais são assalariados, empregados de empresas mineradoras da cidade, comerciantes e pequenos empresários. Como a cidade é, relativamente pequena, as famílias se conhecem, cuidam e se preocupam umas com as outras, acompanham seus filhos nos estudos e grande parte participa com entusiasmo das atividades da escola, além de terem bom relacionamento com os gestores, professores e funcionários. Predomina um clima de respeito, amizade e companheirismo entre a

escola e as famílias, parceiras da escola no dia a dia e de maneira especial na construção do Projeto Político Pedagógico não podia.

O Projeto Político Pedagógico desta escola representa o norte. Trata-se de um instrumento que indica o rumo, a direção. Um trabalho coletivo que representa também a potencialização dos vários segmentos que o compõem. Ao discutir as propostas para a elaboração deste documento, durante várias reuniões, foram analisadas as várias realidades e necessidades da comunidade escolar e transformações mais amplas foram buscadas, a realidade social foi discutida com a perspectiva de transformação e de comprometimento.

Neste contexto de discussões, análises e propostas de objetivos claros e definidos constrói-se o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte”. Espera-se então, que o mesmo atenda aos parâmetros, anseios, desejos e sonhos de toda a comunidade onde ela está inserida.

FINALIDADES DA ESCOLA

São finalidades da escola, ao ministrar o Ensino Fundamental, superar as práticas fragmentadas no espaço escolar e organizar o trabalho pedagógico tendo em vista a aprendizagem dos alunos; formar cidadãos para que sejam aprendizes mais flexíveis, conscientes e autônomos, transmitindo-lhes aprendizagens significativas. Neste sentido, a Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” busca preparar o sujeito para a autonomia pessoal e para a sua inserção na sociedade. A instituição busca também garantir a participação de todos os segmentos e instâncias colegiadas numa gestão democrática.

Esta instituição busca atender o disposto nas Constituições Federal e Estadual, na LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, nos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais. Torna-se assim, um espaço democrático e participativo, que proporciona igualdade de oportunidades que compensa as desigualdades sociais nela existentes.

A própria legislação acabou reconhecendo mais amplamente essa necessidade de construir e desenvolver os princípios da convivência e de gestão democrática na escola, de modo que se estendeu, por todo país, a exigência de manutenção desses canais de participação, tanto da comunidade escolar, (pais, alunos, professores e funcionários), como da população que vive no entorno dela (comunidade local). A aposta é que esta é a chave para a melhoria da qualidade do ensino. Uma escola distante da realidade dos alunos e alheia às aspirações da população não pode fazer pleno sentido para os que a frequentam. (BARRETO,2010, p. 2)

O autor deixa evidente a importância da participação dos pais, alunos, educadores, funcionários e comunidade nas opções filosóficas, políticas, sócio-antropológicas e pedagógicas da escola. Assim define-se o que é a escola, o que ela pretende fazer, aonde ela pretende chegar, de que maneira e com quais recursos. Afinal, “a educação é do tamanho da vida! Não há começo, não há fim, só há travessia. E se queremos descobrir a verdade da educação, ela terá de ser descoberta no meio da travessia” conforme afirma Rodrigues (1987). Este Projeto Político Pedagógico, por nascer do movimento de ação-reflexão-ação do grupo e de toda comunidade escolar, não está pronto e acabado, está sempre crescendo e se enriquecendo

como os próprios processos avaliação. Representa uma “travessia”, um processo de descobertas, de crescimento e de aprendizagem.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Uma escola se constitui, basicamente, por uma organização estruturada nos âmbitos administrativo e pedagógico. A estrutura administrativa, considera os elementos materiais, financeiros e de infraestrutura básicos ao apoio à ação pedagógica, ao passo que a estrutura pedagógica, articula e organiza as funções educativas a fim de que a escola atinja suas principais finalidades. Numa organização educacional, é preciso definir papéis e delegar funções, só assim, as atribuições são desempenhadas com o propósito estabelecido. Tudo isso deve ser feito de acordo com as habilidades e possibilidades de cada componente.

Assim, considerando o contexto, os limites, os recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) e a realidade escolar, cada instituição educativa assume sua marca, tecendo, no coletivo, seu projeto político pedagógico, propiciando conseqüentemente a construção de uma nova forma de organização. (VEIGA, 2001, p.27):

Estrutura Administrativa:

A Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” foi construída há sessenta e quatro anos e representa o estabelecimento de ensino mais antigo do município. Compõe hoje a paisagem urbana da cidade de Pains/MG, elevada à categoria de monumento histórico, considerada por isso, seu patrimônio cultural. A escola é mantida pelo governo municipal e também recebe verbas do governo federal através do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Esta instituição possui um pátio amplo, refeitório, cozinha e palco. Tem doze salas de aula, uma sala de professores, uma biblioteca, uma sala de multimeios, oito banheiros para alunos e três banheiros para professores, tem a escadaria em cerâmica e uma varanda frontal. A parte administrativa é composta de uma diretoria e uma secretaria. Possui infra-estrutura favorável à locomoção de pessoas com necessidades físicas especiais, reformada em 2007 para atender à essa clientela de acordo com a lei NBR 90/50 de 2004 da acessibilidade.

A escola conta com equipamentos em bom estado de conservação. O mobiliário foi trocado no ato da reforma. Dispõe de dois freezers, duas geladeiras, dois armários

de aço para sala de professores, fogão semi-industrial regular, kit tecnológico, retroprojektor, máquina fotográfica, mesa de som, televisão, dois vídeos, um DVD, filmadora, oito microcomputadores e três impressoras jato de tinta. A biblioteca da escola tem um espaço adequado com ventilação e sensação térmica adequadas, conta com um funcionário responsável, um bom acervo bibliográfico que atende às necessidades de alunos e professores e os seus livros estão catalogados de acordo com a sua temática com acervo disponível para empréstimo.

Todas as salas de aulas possuem mesas destinadas aos professores, com quadro negro para giz, armário, cortinas, ventilador e têm espaço adequado para vinte e cinco mesas e cadeiras. A sala dos professores tem bom espaço para circulação de pessoas e um computador disponível com acesso à internet. NA sala de multimeios são realizadas diversas atividades como projeção de filmes, apresentações no computador, palestras e outros.

A análise do espaço escolar sugere, portanto, considerar que este é tomado por um grupo social e, dessa forma, é necessário compreender seus diferentes usos e funções, organização e relações existentes entre os seus diferentes. Não se trata apenas de olhar o aluno e sua atuação na escola, mas o sujeito social em relação com diferentes contextos, inclusive o escolar, aqui situado como um espaço micro, em íntima relação com os espaços sociais mais amplos. (SILVA et all, 2010)

Na Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte”, atuam cinqüenta e três profissionais, funcionários da rede municipal de ensino. São vinte e um professores que possuem licenciatura, doze com pós-graduação e três com Ensino Médio, cursando o Ensino Superior. Os docentes se preocupam em estabelecer processos de ensino-aprendizagem com vistas ao melhor rendimento do aluno.

O gestor desenvolve quarenta horas de trabalho com responsabilidade quanto à execução da política educacional, no desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais. Ele organiza, dinamiza e coordena todos os esforços nesse sentido, e controla todos os recursos humanos, físicos e/ou financeiros. Do ponto de vista pedagógico, é de sua responsabilidade também a dinamização e assistência aos educadores e a toda comunidade escolar para que promovam ações condizentes com os objetivos e princípios educacionais propostos.

A Equipe Pedagógica é formada por duas pedagogas, que procuram promover a melhoria do processo ensino-aprendizagem, num contínuo trabalho de assistência aos professores. Dos funcionários administrativos, três trabalham na secretaria, setor que tem seu encargo todo serviço de escrituração escolar e correspondência do estabelecimento. Todo serviço é coordenado e supervisionado pelo gestor. São treze as assistentes de serviços gerais que têm a seu encargo o serviço de cuidados, manutenção, preservação, segurança e merenda escolar desse estabelecimento, sendo coordenado e supervisionado também pela gestão.

Estrutura Pedagógica:

o Art. 2º da Lei nº 9.394/96 apresenta a definição da missão da educação como dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Apresenta como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esta idéia de educação é compartilhada por todos os sujeitos que compõem a equipe da Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” em consonância com Gadotti, que também acredita que:

Os **eixos norteadores** da escola cidadã são: a integração entre educação e cultura, escola e comunidade (educação multicultural e comunitária), a democratização das relações de poder dentro da escola, o enfrentamento da questão da repetência e da avaliação, a visão interdisciplinar e transdisciplinar e a formação permanente dos educadores. (GADOTTI, 2000, p. 12)

Na concepção desses agentes, a educação só é concretizada quando se tem em vista que o ser humano é um sujeito de múltiplas dimensões; que todos aprendem em tempos e em ritmos diferentes; que o desenvolvimento humano é um processo contínuo; que o conhecimento deve ser construído, reconstruído, processualmente e continuamente e que o conhecimento deve ser abordado em uma perspectiva de totalidade. Nesse processo, torna-se importante uma gestão participativa, compartilhada e que tenha como referência a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico, uma gestão que contempla a participação e a democracia.

Saber ensinar, não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. (...) ensinar não é transferir a

inteligência do objeto ao educando, mais instigando no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torne capaz de inteligir e comunicar o inteligido. (FREIRE, 1996, p 25)

O Ensino é definido neste sentido, como um processo constante de reflexão-ação-reflexão, que possibilita a apropriação, socialização e produção do saber e a aprendizagem que provém da interação do sujeito com o objeto de conhecimento, torna-se um componente do processo de cidadania que une o educando à realidade social e ao seu contexto sócio cultural.

Os conhecimentos dos alunos, previamente construídos e as aprendizagens que se realizam nesta escola têm significado na medida em que eles conseguem estabelecer relações atendendo às expectativas, intenções e propósitos de aprendizagem. Enfim, uma educação necessária é aquela focada na formação de cidadãos críticos capazes de fazer a leitura de mundo, levando em conta a peculiaridade de cada aluno, em seu contexto social, político, pedagógico e cultural.

A Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte”, atende trezentos e vinte e cinco alunos distribuídos em vinte turmas, sendo quatro turmas de cada série, do segundo ao quinto ano. Cada turma conta com um professor regente, com uma professora recuperadora, com uma professora de educação física, um professor de música e uma professora de artes. Os professores buscam desenvolver atividades interdisciplinares, o trabalho com projetos que tratam de assuntos relacionados à realidade, necessidade e interesses dos alunos.

Incluem também, nos seus respectivos planejamentos, temáticas e questões da atualidade que estimulam a formação da cidadania. Os temas são desenvolvidos por diferentes metodologias, incluindo a realização de projetos no decorrer do ano letivo, também são desenvolvidas ações educativas de combate ao racismo e a discriminações, objetivando o reconhecimento e a valorização da identidade. De acordo com Freire (1996, p. 47) o papel do educador é também ajudar o aluno a “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porquê capaz de reconhecer-se como objeto”.

Com o propósito de repensar os conhecimentos escolares, e novas formas de inserção de saberes, a escola inclui na sua proposta pedagógica ações referentes à Sala de Apoio à Aprendizagem. Esta sala surgiu da necessidade de auxiliar os alunos na superação das dificuldades de aprendizagem, tanto na leitura, escrita e interpretação como também no cálculo, buscando criar condições favoráveis para que o direito à aprendizagem seja garantido. Seu funcionamento acontece no contra-turno às terças e quintas com quatro horas aula de cada disciplina com os professores recuperadores. São três professoras, que usam recursos variados e metodologias diferenciadas para atenderem as diferenças individuais e do grupo como todo. Há o envolvimento da equipe pedagógica que acompanha o desempenho escolar e envolvimento também dos alunos que participam efetivamente do processo.

CURRÍCULO

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 visa a formação básica do cidadão dispõe para o Ensino Fundamental que a escola deve promover o desenvolvimento da capacidade de aprender a partir do domínio da leitura, escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores, sobre os quais se baseia a sociedade. Visa também o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidade e formação de atitudes; a fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar. (VEIGA, 2002, p. 34)

Para alcançar essas finalidades, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases indica os elementos que constituem os currículos do ensino fundamental. Uma base nacional comum, além de uma parte diversificada que atenda às características regionais e locais da comunidade a qual está inserida. Enfim, a definição de um currículo que tenha a natureza filosófica e política e não técnica, que não seja neutro, mas determinado pelo contexto e que nele adquira diferentes sentidos conforme os diversos protagonistas, especialmente as famílias, os professores e os alunos.

O currículo da Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” é reorganizado para adequar à sua realidade, articulando-se às necessidades dos alunos, às opções dos professores, à distribuição das disciplinas no quadro curricular, à divisão do tempo diário para as aulas, aos materiais e recursos disponíveis. As relações que se estabelecem no interior dessa instituição e as práticas adotadas no cotidiano escolar também constituem parte do currículo e interferem no modo como os alunos aprendem.

O currículo é reelaborado no âmbito da escola, e da comunidade em seu entorno, apresentando-se, assim, como um currículo real, que não pode ser entendido como simples seleção de informações prontas a serem repassadas aos alunos. Ao contrário, este currículo só pode servir de ferramenta por meio de um ensino bem ministrado. Isso exige que a equipe escolar planeje a sua implementação de modo a conduzir, sem tropeços, a aprendizagem e, conseqüentemente, ao sucesso escolar e à qualidade na educação.

A idéia é transformar a escola em um espaço de *crítica cultural*, de modo que cada professor(a), como intelectual que é, possa desempenhar o papel de crítico(a) cultural (Sarlo, 1999) e propiciar ao(à) estudante a compreensão de que tudo que passa por “natural” e “inevitável” precisa ser questionado e pode, conseqüentemente, ser transformado. A idéia é favorecer novos patamares que permitam uma renovada e ampliada visão daquilo com que usualmente lidamos de modo acrítico. Nesse sentido, filmes, anúncios, modas, costumes, danças, músicas, revistas, espaços urbanos etc. precisam adentrar as salas de aulas e constituir objetos da atenção e da discussão de docentes e discentes. (CANDAU e MOREIRA, 2010)

Nesse caso, o currículo assume a função de materializar as intenções e funções sociais desta escola e os saberes que são relevantes, tornando-os explícitos, isto é, susceptíveis de serem debatidos e conhecidos pela comunidade escolar. E também para servir de orientação aos diversos agentes que intervêm na concretização do processo de ensino e aprendizagem. Na verdade, o currículo só provoca mudanças culturais nos alunos na medida em que se traduz em práticas concretas no interior da escola, na sala de aula.

Todos os sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem da Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte”, reconhecem o papel fundamental do currículo e a necessidade de uma constante verificação, análise, interpretação e reelaboração do mesmo. Que ele deve ser atualizado, para que possam perceber, por meio da prática, o que estão produzindo ou (re) produzindo, construindo ou repetindo.

Os profissionais percebem-se como agentes no processo de elaboração e reelaboração, conscientes do papel de educadores, que buscam construções curriculares, que incorporam a diversidade cultural, as questões de gênero, credo,

etnia, classe social, sexualidade e outros que buscam compartilhar saberes e construir significados. Torna-se importante enfatizar também que a busca pelo desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar por meio de problemas, temas ou projetos, fazem parte da organização curricular da referida escola.

TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Os relógios, os ritmos e as tarefas escolares regulares e consecutivas, servem como instrumentos reguladores e organizadores uma vez que organizam as percepções cognitivas das crianças em relação ao tempo e garantem a internalização de valores como exatidão, aplicação e regularidade que são constitutivos do tempo disciplinador.

A Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” oferta o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, nos períodos matutino e vespertino. O horário de funcionamento da escola atende aos interesses dos quatrocentos e noventa e quatro alunos e toda comunidade escolar. No período matutino, o horário de entrada é às 7h e saída às 11h30. No período vespertino, o horário de entrada é 12h30 e saída às 16h50.

O centro de atenção desta escola é o aluno, afinal, existe em função dele, para ele. A sua organização, em qualquer dos seus aspectos, tem em vista a criação de condições e de situações favoráveis ao bem-estar do educando e o seu desenvolvimento em todos os sentidos: cognitivo, social e afetivo a fim de que adquira habilidades, conhecimentos e atitudes face às necessidades vitais e existenciais. A forma como o tempo escolar é elaborado e organizado – ano letivo, semestre, bimestre, hora-aula – é produto de uma construção social coletiva que envolve direção, professores, pais e alunos.

Na distribuição das turmas desta instituição, um ano corresponde a unidade de tempo de um ano letivo. As avaliações e distribuição de conteúdos são organizados em quatro bimestres, a fim de organização para apresentação de resultados a alunos e pais. O recreio tem a duração de vinte minutos e as aulas são divididas em módulos de cinquenta minutos cada, mantendo o mesmo professor em cada turma, com exceção das aulas especializadas como a Educação Física.

A escola também busca organizar o seu espaço físico considerando que “os lugares, com suas diferentes velocidades, advindas de sua história, imprimem as especificidades que somente podem ser apreendidas em sua totalidade a partir de um novo modelo de produção de conhecimento segundo Pekelman e Santos (2010).

São organizados períodos de estudos, reflexão, esclarecimento de dúvidas e saberes entre os professores, supervisão e direção em forma de reuniões semanais, na própria escola, com a duração de duas horas no contra-turno. A formação integra-se no dia-a-dia da escola e, além disso, a formação continuada dos profissionais é feita através de Cursos, Seminários, Conferências, Oficinas, Encontros, Estudos cedidos pela SME - Secretaria Municipal de Educação do Município e outros parceiros como a SEE - Secretaria Estadual de Ensino.

Para alterar a qualidade do trabalho pedagógico torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores fortalecendo a escola como instância de educação continuada. É preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação. É preciso tempo para os estudantes se organizar e criar seus espaços para além da sala de aula. (VEIGA, 2002, p. 42)

Na aquisição de recursos materiais, a autora considera aqueles que possibilitam aos seus profissionais as condições para a sua capacitação, bem como assinatura de revistas, jornal de circulação local, investimento na biblioteca do professor, organização e investimento na videoteca e outros, conforme acontece na Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” .

O Calendário Escolar da referida instituição, cumpre o que determina a LDB – Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, sendo 800 horas, distribuídas em 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar. Segue também as orientações da Prefeitura Municipal de Pains, entidade mantenedora e a aprovação da SME - Secretaria Municipal de Educação, o calendário é organizado de maneira que contemple os dias letivos, as férias escolares, os recessos e os feriados, as capacitações dos profissionais da educação e o período para planejamento, as reuniões de Conselho de Classe, do Conselho Escolar e outros eventos. (Anexo B)

PROCESSOS DE DECISÃO

A forma como a escola se organiza, como uma coletividade em harmonia ou simplesmente um agrupamento de pessoas, diz muito sobre como é sua gestão e sobre quais os valores que regem esta escola. Nos dias atuais não se concebe mais uma escola autocrática, ditadora e isolada. Exige-se, um sistema educativo que privilegie as ações coletivas, as relações solidárias e cooperadas, num clima de co-responsabilidades.

Portanto, a escola que quiser constituir-se numa comunidade educacional, deve se adequar às necessidades da atualidade, adquirir o hábito de refletir crítica e coletivamente suas questões educacionais, buscar conjuntamente soluções para os problemas identificados pelo grupo e criar novas alternativas de trabalho. É importante organizar cooperativamente o dia-a-dia da escola, avaliar sistematicamente seu trabalho, e permanentemente buscar subsídios teóricos para a análise e redimensionamento de sua prática educativa.

A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. (GADOTTI (2000, p. 28)

A direção da Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” incentiva essa participação aos funcionários, pais e alunos, promove a real integração, procura estabelecer parcerias com organizações comunitárias e outras associações que somam esforços e garantem à continuidade do processo de democratização da sociedade e dessa instituição. Porém, para que a democracia na escola seja construída, os professores, coordenadores, diretores e demais servidores devem estar dispostos a construí-la e a escola deve apresentar as condições institucionais favoráveis à participação de todos. Sobre a administração escolar democrática, Paro (1997, p. 52) afirma que:

A Administração Escolar, em sua forma democrática e cooperativa, não é algo pronto, que se possa aplicar como uma receita (...). Embora se tenha presente que a autoridade deve ser compartilhada

por todos, o que supõe formas coletivas ou colegiadas de gestão escolar, não é possível estabelecer *a priori*, com precisão, qual a forma mais adequada dessa administração.

Enfim, uma gestão atuante convicta e consciente da forma como a gestão democrática acontece, é extremamente importante e necessária para a construção de uma escola participativa e verdadeiramente emancipatória. A democratização no interior da escola em estudo, se efetiva por meio da criação de espaços de participação e decisão, nos quais professores, funcionários, alunos e pais discutem criticamente o cotidiano escolar. Para Gadotti (2000), “a autonomia e a gestão democrática da escola, fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico”.

A criação de órgãos colegiados como Associação de Pais e Mestres, Conselhos Escolares é estimulada continuamente e a escola favorece todos os meios e recursos para sua efetivação, pois a participação dos órgãos colegiados garante a defesa dos princípios da gestão democrática: participação, autonomia e liberdade e também colaboram na construção da concepção, na execução e na avaliação da proposta pedagógica. Segundo Veiga:

Uma estrutura administrativa da escola adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão. Isto requer uma revisão das atribuições específicas e gerais, bem como da distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão. Para que isso seja possível há necessidade de se instalarem mecanismos institucionais visando à participação política de todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2002, p. 84)

Um dos mecanismos que estimula a participação de todos os envolvidos no processo educativo é o Conselho Escolar. Ele pode auxiliar a escola na efetivação do compromisso com o conhecimento, no desenvolvimento de habilidades e atitudes que são indispensáveis para a formação de cidadãos conscientes, críticos, participativos e preparados para viverem plenamente na sociedade.

O Conselho Escolar existente na Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” é caracterizado como um espaço de debate e decisões. Possibilita a delegação de responsabilidades e o envolvimento de diversos participantes. Permite que professores, funcionários, pais e alunos, explicitem seus interesses e suas reivindicações. Como órgão máximo de decisão no interior da escola, procura defender uma nova visão de trabalho. Um novo pensar e um novo fazer.

RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho, nos dias atuais, são de extrema relevância, pois são elas que influenciam, direta ou indiretamente, na qualidade de vida de todos os sujeitos. Atualmente, as pessoas passam mais tempo com os colegas de trabalho do que com os membros da família, portanto, cuidar da qualidade das relações que são estabelecidas no ambiente de trabalho é imprescindível. Na escola, as relações são ainda mais complexas porque estão voltadas para a formação do ser humano.

As relações de trabalho na Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” são baseadas no respeito e na solidariedade, na reciprocidade e participação coletiva. Busca contrapor à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho da fragmentação e do controle hierárquico, além disso, o conhecimento é resultante da troca que se estabelece no interior desta instituição, conforme afirma o autor abaixo:

O conhecimento resulta de trocas que se estabelecem na interação entre o meio (natural, social, cultural) e o sujeito, sendo o professor o mediador, então a relação consiste no provimento das condições em que professores e alunos possam colaborar para fazer progredir essas trocas. (LIBÂNEO, 1984, p. 35)

Nessa perspectiva, a escola procura sempre a construção de novas formas de relações, com espaços abertos à reflexão, ao diálogo, à comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo e, conseqüentemente, à descentralização do poder.

É preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de gestores, professores, alunos, funcionários, pais, comunidade. De um lado, esses ritos e práticas possuem uma direta vinculação com a história da escola, com as características da comunidade em que se insere, com as formas de percepção da realidade dos que a fazem e das relações que estabelecem entre si. De outro lado, é a institucionalização daquelas práticas que torna a escola uma instituição social, forjando as regras pelas quais ela exerce os seus papéis fundamentais: criação e transmissão de saberes, socialização dos futuros cidadãos, desenvolvimento de competências profissionais, tudo de acordo com seus limites e possibilidades. (AZEVEDO, 2010)

A preocupação com a formação continuada dos profissionais que fazem parte da Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte”, integra-se no dia-a-dia da escola com reuniões dos professores, direção, equipe pedagógica, realização de estudos, questões e saberes num processo coletivo de reflexão sobre os problemas e as dificuldades do dia-a-dia e troca de experiências. São oferecidos cursos, seminários, conferências, oficinas, encontros e estudos pela SME - Secretaria Municipal de Educação do Município e/ou em parceria com outras instituições.

A partir do enfrentamento das divergências, dos conflitos de interesse e das relações desiguais de poder, a partir do estabelecimento de alianças, da partilha de informações e da integração dos diferentes, vão-se construindo democraticamente novos sentidos sobre a qualidade da educação na escola. (RIBEIRO, 2010)

As relações estabelecidas com a comunidade e com as famílias no dia-a-dia da escola, são de respeito e de união. A escola está aberta para atender aos pais e/ou representantes para o diálogo, troca de experiências, críticas, sugestões, além de propor sempre a gestão compartilhada e incentivar a participação nos projetos, festas, eventos e mais ainda nos órgãos colegiados.

AVALIAÇÃO

O planejamento, visa o processo de ensino-aprendizagem de qualidade e por isso precisa de informações contínuas no que se refere ao seu desenvolvimento (Feedback), que prevê a correção de possíveis distorções e ao encaminhamento dos objetivos previstos. A avaliação deve cumprir três funções básicas que são a função diagnóstica, formativa e somativa. A função diagnóstica tem por finalidade realizar uma sondagem de conhecimentos e experiências já disponíveis, bem como a existência de pré-requisitos necessários à aquisição de um novo saber. Permite ainda identificar progressos e dificuldades de alunos e professores diante do objetivo proposto.

A função formativa tem por finalidade, proporcionar o feedback para o professor e para o aluno durante o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Propicia aos envolvidos, a correção das falhas, esclarecimento de dúvidas e estímulos, a continuação do trabalho para alcance dos objetivos. Proporciona também ao docente, informações sobre o desenvolvimento do trabalho, adequação de métodos e materiais, comunicação com o aluno e adequabilidade da linguagem.

A função somativa tem o propósito de oferecer subsídios para o registro das informações relativas ao desempenho do aluno, visa propiciar uma medida que pode ser expressa em uma nota ou conceito sobre o desempenho do aluno. Entende-se que a mesma acontece ao final de cada unidade de ensino ou ao final de cada bimestre ou ainda no final do ano letivo, por ocasião do Conselho de Classe, visto que esta avaliação é que proporciona um diálogo mais objetivo entre os professores.

Torna-se importante destacar que o processo ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que a simples mensuração de resultados obtidos pelos estudantes em avaliações que visam identificar, na sua grande maioria, somente alguns dos conhecimentos adquiridos. É preciso que fique bem claro que provas, testes, trabalhos e pesquisas, são instrumentos utilizados na avaliação para colher informações e estabelecer medidas não podendo ser identificados como processo de avaliação. Aconselha-se que o docente utilize instrumentos diversos, porque

existem alunos que apresentam uma maior dificuldade com este ou aquele instrumento.

A avaliação, do ponto de vista crítico, não pode ser instrumento de exclusão dos alunos provenientes das classes trabalhadoras. Portanto, deve ser democrática, deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica (VEIGA, 2002, p. 67)

Os profissionais da Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” entendem que a avaliação escolar é um componente do processo ensino-aprendizagem, cujo propósito é recolher informações que possibilitem estabelecer uma correspondência entre os dados obtidos e os objetivos propostos, a fim de que possam verificar o desenvolvimento do aluno em relação ao trabalho executado, orientando-o assim, para uma tomada de decisão em relação às atividades seguintes. Enfim, a avaliação é vista sob o ponto de vista crítico e não representa instrumento de exclusão para os alunos em geral.

Esta escola participa da avaliação externa organizada pelos sistemas Federais, Estaduais e Municipais de ensino como Prova Brasil, SIMAVE, Proalfa e outros. Utiliza seus resultados para o conhecimento de sua realidade, reflexão sobre sua prática, tomada de decisão e replanejamento de suas ações. A avaliação do trabalho nesta instituição educativa, como subsídio do processo de planejamento, é um instrumento de gestão democrática.

Este instrumento fornece uma visão global da escola e situa o desempenho do estudante. Certamente, o Conselho Escolar estabelece os mecanismos mais adequados para o acompanhamento e dentre as sugestões para o processo avaliativo, considera-se importante na Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” a análise dos resultados do SAEB relativos à escola e/ou região e a análise das avaliações já desenvolvidas internamente pela escola para que possa imprimir uma avaliação própria.

Cabe ao Conselho de Classe, o acompanhamento do processo de avaliação da série, o debate e a análise de todos os dados. O resultado é registrado em

documentos próprios, na escola de zero a vinte e cinco pontos. Sendo rendimento mínimo exigido a nota quinze e a recuperação de estudos para o aluno, cujo aproveitamento escolar é insuficiente, é proporcionada pela escola.

Este Estabelecimento de Ensino proporciona a recuperação e ela tem a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuí-les valor. Os alunos e seus responsáveis são comunicados sobre os resultados obtidos (nota) através do boletim escolar e das reuniões. Os professores se colocam à disposição para esclarecimentos e é também realizado um pré-conselho de classe, com trocas de informações sobre o rendimento escolar e no caso de alunos com aproveitamento insuficiente, os professores e a equipe pedagógica buscam alternativas para que supere as dificuldades.

A recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento, pela qual o aluno, com aproveitamento insuficiente dispõe de condições que lhe possibilitam a apreensão de conteúdos básicos e o seu desenvolvimento. Ela ocorre ao longo de cada bimestre, simultaneamente às atividades previstas para o período e são registradas em documentos próprios para serem asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do aluno. Somente no final de cada bimestre se faz o registro dos resultados em forma de nota e é considerado aprovado o aluno que apresenta frequência igual ou superior a 75% do total da carga horária do período letivo e rendimento igual ou superior a 60%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” não pode ser vista como um local onde os fatos se desenvolvem fora de um contexto maior, ela deve ser entendida como fruto e reflexo maior de uma organização social, por isso a importância de se construir um documento que reflète a identidade dessa escola como o PPP - Projeto Político Pedagógico. **É** claro que a **escola** deve estar preocupada com os dois lados, o **fazer e o pensar**, entretanto o primeiro desses dois lados **é** fundamental para que a escola cumpra a sua função precípua que é formar novos indivíduos e produzir novos cidadãos para a sociedade. Sujeitos autônomos e atuantes.

Assembléias, palestras, oficinas e mesas-redondas, que tratem de assuntos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, com a participação dos pais e professores devem ser promovidas. Ações precisam ser planejadas para uma maior dinamização do processo de ensino e aprendizagem para que aconteça uma avaliação de todo processo e da relação ensino–aprendizagem; da utilização dos ambientes educativos e dos recursos didáticos por todos os profissionais; o envolvimento e a participação da família de forma mais ativa e efetiva na vida de seus filhos e a implementação de projetos de incentivo à leitura e à pesquisa.

A Escola Municipal “Professor João Batista Rodarte” espera que o presente Projeto Político Pedagógico, elaborado coletivamente, num processo dinâmico e permanente, seja implementado. Sabe-se, porém, que novos profissionais vão se incorporando ao ambiente escolar, trazendo novas experiências, capacidades e necessidades. Daí também a importância de sua reelaboração e conforme Veiga (2002), este projeto “é um eterno diagnosticar, planejar, repensar, começar e recomeçar, analisar e avaliar”.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de, **O projeto no contexto da gestão escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 25/07/2010.

BRASIL, MEC. **LEI 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá-**A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação** Acessado site em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> acessado em 26/06/2010.

CANDAU, Vera M. MOREIRA, Antonio F. B. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20/08/2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. “O Projeto Político Pedagógico da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania”. In: GADOTTI, Moacir et al. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação : Mito e Desafio - Uma Perspectiva Construtivista**. P. Alegre: Mediação , 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola , 1984.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília: MEC/SEB, 2004. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 26/08/2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

PEKELMAN, Renata, SANTOS, Alexandre A. **Território e lugar - espaços da complexidade**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 26/08/2010.

RIBEIRO, V.M. et.all. **Indicadores de qualidade para a mobilização da escola**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 26/08/2010.

RODRIGUES, Neidson. **Estado, Educação e Desenvolvimento Econômico** São Paulo: Autores Associados : Cortez, 1987.

SILVA, Antonio A. et all. **O espaço escolar, território e ensino fundamental de 9 anos: interfaces e contradições**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 25/07/2010.

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 2001.

_____. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 2002.

ANEXO A – Grade curricular
ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

	COMPONENTES CURRICULARES	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
		A S	CHA	A S	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa			08	213:20	07	186:40	07	186:40	07	186:40
	Matemática			08	213:20	07	186:40	07	186:40	07	186:40
	Geografia			02	53:20	02	53:20	02	53:20	02	53:20
	História			02	53:20	02	53:20	02	53:20	02	53:20
	Ciências			04	106:40	04	106:40	04	106:40	04	106:40
	Arte			02	40:00	02	40:00	02	40:00	02	40:00
	Educação Física			02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Educação Religiosa			02	53:20	02	53:20	02	53:20	02	53:20
Parte Diversificadas	Literatura Infantil					02	53:20	02	53:20	02	53:20
TOTAL				30	800:00	30	800:00	30	800:00	30	800:00

Lei 12.491/97 – Orientação Sexual integrada ao conteúdo de Ciências.

Lei 12.767/98 – Estudos sobre Direitos Humanos permeiam em todos os conteúdos.

Lei 9795/99 – Educação Ambiental integrada aos conteúdos de Geografia e História..

Lei 13.411/99 – Estudos sobre Dependência Química e conseqüências do uso de drogas permeiam em todos os conteúdos.

Lei 11.645/08 – História e Cultura Afro-Brasileira e dos povos indígenas brasileiros, permeiam em Arte e História.

LEGENDA:

CHA – Carga Horária Anual

AS – Aulas Semanais

DURAÇÃO DE CADA MÓDULO:

Arte: 30'

Ed. Física: 50'

Duração do Recreio: 20'

Duração do Turno: 4:20

Demais componentes: 40'

ANEXO B – Calendário escolar

C
A
L
E
N
D
A
R
I
O

E
S
C
O
L
A
R

2010

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO							ABRIL						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
					1	2	1	2	3	4	5	6		1	2	3	4	5	6					1	2	3	
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24
24	25	26	27	28	29	30	28							28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	
31																											
1-Feriado Nacional 2 a 31 - Férias Escolares							Fevereiro/ 15 dias letivos 1 e 2-Planejamento 1-Início do Ano Escolar 3-Início do Ano Letivo 15 e 17- Recesso Escolar 16- Feriado Nacional (Carnaval)							Março/ 22 dias letivos 31- Dia Escolar							Abril / 18 dias letivos 1- Recesso Escolar 2-Feriado Nacional (Sexta-feira santa) 21-Feriado Nacional (Tiradentes) 30- Dia Escolar						
MAIO							JUNHO							JULHO							AGOSTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1			1	2	3	4	5					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7
2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30				25	26	27	28	29	30	31	29	30	31				
30	31																										
Maio / 20 dias letivos 1-Feriado Nacional (Dia do Trabalho) 28- Dia Escolar							Junho / 20 dias letivos 3-Feriado Nacional (Corpus Christi) 4 - Recesso Escolar							Julho / 15 dias letivos 3-Festa Junina 16-Feriado Municipal (Padroeira) 22 a 31 - Recesso Escolar							Agosto / 21 dias letivos 27- Dia Escolar						
SETEMBRO							OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
			1	2	3	4						1	2		1	2	3	4	5	6				1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30					26	27	28	29	30	31	
							31																				
Setembro / 22 dias letivos 7-Feriado Nacional (Independência do Brasil) (Dia Letivo)							Outubro / 15 dias letivos 12-Feriado Nacional (Padroeira do Brasil) 11 a 15 - Recesso Escolar 29- Dia Escolar							Novembro/ 20 dias letivos 1 - Recesso Escolar 2-Feriado Nacional (Finados) 15-Feriado Nacional (Proclamação da República) 20 - Dia da Consciência Negra (Dia Letivo)							Dezembro /12 dias letivos 8 - Feriado Municipal (Imaculada Conceição) 17 -Encerramento do Ano Letivo 22- Encerramento do Ano Escolar 23 a 31 Recesso Escolar						